PLANEJAMENTO URBANO E SAÚDE: ABORDAGEM NECESSÁRIA NOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO NA AMÉRICA

Urban Planning and Health: Necessary Approach in Architecture and Urbanism Courses in America

TREVISAN, Simone
Collin College Plano, Texas

SPERANDIO, Ana Maria Girotti
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP
UniEduk - UniFaj (Centro Universitário de Jaguariúna) e UniMax (Centro Universitário Max Planck)

Resumo: As Universidades têm utilizado diversos recursos e tecnologias para proporcionar aulas mais atraente e dinâmicas, porém há necessidade da implementação da interdisciplinaridade dentro de diversos campos de ensino, principalmente sobre a integração da saúde com as disciplinas que gerem planejamento das cidades, a fim de formar alunos do ensino superior mais capacitados para viabilizar e incrementar a qualidade de vida e bem-estar da sociedade local. É importante o acesso aos de conhecimentos de saúde durante o curso de Arquitetura e Urbanismo para a construção de espaços mais saudáveis. Com a tese de que os alunos serão capazes de difundir essas ideias para outros profissionais e a sociedade promovendo discussões coletivas a fim de produzir um melhor trabalho para a comunidade, a partir da formação de equipes diversificadas com representantes da Universidade, da sociedade e do governo. Isto é dado a relevância da questão onde pode-se realizar um Planejamento Urbano mais efetivo em relação à saúde e sociedade, com uma cidade mais equalitária, que promova o bem-estar, a felicidade e melhor qualidade de vida para os seus habitantes. E conseguir bons planejadores que utilizem seus conhecimentos, habilidades e atitudes para ter competência de desenvolver estratégias coerentes para cada tipo de sociedade. Não obstante, há a importância da composição de outras áreas desde o curso de graduação até a pós-graduação no processo de formação dos alunos contribuindo com uma visão mais interdisciplinar e intersetorial, principalmente no que diz respeito ao planejamento urbano e objetivando o saudável.

Palavras-chave: Planejamento Urbano Planejamento Urbano; Promoção da Saúde; Intersetorialidade.

Abstract: Universities have used various resources and technologies to provide more attractive and dynamic classes. Still, there is a need to implement interdisciplinarity within different fields of education, especially in integrating health with disciplines that manage city planning, to train students of higher education more

qualified to facilitate and increase the quality of life and well-being of the local society. For example, accessing health knowledge during the Architecture and Urbanism course is essential to construct healthier spaces. The target is that students can spread these ideas to other professionals and society by promoting collective discussions to produce better work for the community by forming diversified teams with representatives of the University, society, and government. This is given the relevance of the issue where more effective Urban Planning can be carried out about health and society, with a more egalitarian city that promotes well-being, happiness, and a better quality of life for its inhabitants. And get good planners who use their knowledge, skills, and attitudes to be competent to develop coherent strategies for each type of society. Nevertheless, the composition of other areas from the undergraduate to the graduate courses is important in the student's training process, contributing to a more interdisciplinary and intersectoral vision, especially concerning urban planning and aiming at the healthy.

Keywords: Urban planning Health; promotion; Intersectoriality.

INTRODUÇÃO

A maioria dos territórios está presenciando momentos problemáticos, ano após ano acentuam-se as injustiças sociais que marcam a construção das cidades desde seus primórdios. No século XIX, principalmente pelo início da revolução industrial, as cidades foram altamente ocupadas pelas pessoas que moravam no campo, e houve uma intensificação ainda maior nos séculos XX e XXI. Como consequência ao êxodo rural e ao processo de urbanização exacerbado, a vida da população se tornou insustentável. Houve um impulsionamento de doenças, como a hipertensão e a diabetes que são as doenças não transmissíveis mais frequentes no atual contexto do desenvolvimento urbano. Além dos exemplos de doenças transmissíveis como a pandemia de Covid-19 e dengue.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou em maio de 2022, aproximadamente 15 milhões de mortes direta ou indiretas pela infecção do vírus SARS-CoV-2, no período de janeiro de 2020 até dezembro de 2021. Esses dados são ainda mais alarmantes quando associado ao termo “excesso de mortes”, ou seja, se houvesse um melhor planejamento dos sistemas mundiais para terem respaldos em tempos de tensão, muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Assim como a dengue que tem se alastrado de forma acelerada nas diversas regiões do mundo e está entre as doenças que mais causam mortes, principalmente em crianças dos países da América Latina. Sendo que a prevenção desta doença é

feita pela contensão da proliferação do vírus, através de informações à população, aprimoramento e acesso ao saneamento básico, ou seja, há a possibilidade de redução dessas mortes e prevenção dessas doenças com uma estruturação adequada das cidades através de políticas que promovam a saúde e evitem quaisquer doenças.

Juntamente ao agravamento das doenças, acontece o aumento das inequidades sociais decorrentes da ausência de políticas públicas sociais que atendam às necessidades de habitação, os limites sócios espaciais, problemas ambientais relacionados com água e o lixo, falta do saneamento básico acessível em parte dos países, e dentre outros, que impactam diretamente na qualidade de vida da população. De forma igualmente preocupante há o aumento no número de casos de violência. Sendo que os dados informados no Projeto Carga Global de Doença da OMS (2020), identifica que o maior problema não é somente a quantidade de mortes por violência que há no mundo, e sim que as maiores adversidades são vistas nas comparações. Como há o exemplo de locais em guerra que tiveram cinco vezes menos mortes do que os números de óbitos por violência em países subdesenvolvidos da América Latina.

Dados da ONU apontam que mais da metade da população mundial reside nas cidades, mesmo que estas representem apenas 3% da extensão do planeta. A partir dessa assertiva é notável a relevância do espaço urbano na vida das pessoas, pois a população está interagindo de forma mais intensa e adversa no que tange ao meio ambiente e as pessoas. Ou seja, no estudo das cidades é preciso estudar os elementos materiais e não materiais para harmonizar essas relações. A fim de construir cidades resilientes, em que correspondam a uma rede sustentável de sistemas físicos que conjuguem elementos construídos com aspecto biofísicos. Incluindo ruas, edifícios, infraestruturas, solos, topografia e outros sistemas naturais (Godschalk, 2003), além dos elementos humanos. Com a humanização do espaço público, o urbanismo traz a idealização de espaços políticos mais igualitários através da participação social, originando uma sociedade mais ponderada, capaz de ter maior qualidade de vida e bem-estar.

Para tanto a saúde deve estar no centro de todas as políticas de forma integrada, conforme indicação da ONU e OMS, objetivando produzir melhorias nas cidades que vão permitir a promoção da saúde e o desenvolvimento urbano com

foco no bem viver e no mais saudável. É de extrema relevância, para o desenvolvimento das cidades saudáveis, que haja o enquadramento de estratégias do Planejamento Urbano, corroborando com a intersetorialidade e a interdisciplinaridade.

Logo, o Arquiteto Urbanista tem urgência em se especializar nesses temas, a partir da introdução de assuntos relacionados a saúde nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo, para incorporar esses assuntos dentro do aprendizado do Planejamento Urbano. Isso pode ser justificado a partir da contribuição da universidade e a identificação do crescimento de mecanismos interdisciplinares e intersetoriais na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) tais como: “mobilidade e acessibilidade; desenvolvimento seguro (saneamento, habitação, transporte); alimentação saudável com inclusão social e diminuição da pobreza (hortas urbanas); práticas corporais e atividades físicas com a melhoria dos espaços urbanos.” (Sperandio, 2016).

Tanto no aprendizado quanto na interdisciplinaridade é necessário que os alunos tenham acesso a propostas de projetos que se converta em novas competências, por meio de ensino, pesquisa e extensão. Competências estas que são a faculdade de manipular recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), segundo Perrenoud (1999). A fim de propiciar soluções com pertinência e eficácia em diversos acontecimentos, a competência deve englobar um conjunto de elementos que vão ser utilizados de forma criativa para atender uma determinada demanda, integrando a habilidade. Sendo assim, a partir do conhecimento e da habilidade é possível ter atitudes coerentes para realizar atividades com excelência. Quando se tem conhecimentos ampliados interdisciplinares e transdisciplinares é possível ter maior habilidade e atitudes em prol de algo em comum, para processos decisórios e atitudes coerentes que represente a vontade de uma determinada população ou da maioria. E pode ser considerando um percurso para o desenvolvimento de autonomia e da governança para a cidade.

Entretanto esse processo de concepção da inserção da intersetorialidade é árduo pois é necessário inserir novos conceitos e processos devido a segmentação das práticas que temos atualmente. Para assim, abranger as políticas intersetoriais de educação com interrelação de saberes, planejamento e qualificação para atingir

resultados na cidade. Com noções de coordenação intersetorial a partir desses profissionais que resultam nas correlações e desenvolvimento de redes de educação eficientes. Como apontado por Bronzo e Veiga (2007):

> "(...) a ideia de rede tem se tornado um referente central nas discussões em diversos campos, para sinalizar interconexão, interdependência, a conformação necessária para dar conta da complexidade dos processos e da realidade social. Uma ideia inovadora na concepção de redes amplia a perspectiva de redes horizontais e incorpora a ideia de redes multinível (ou de níveis múltiplos), o que remete à interdependência não só existente entre atores no nível local, mas que envolve diversos níveis de governo."

Em busca desta ideia inovadora, a área da arquitetura e urbanismo precisa buscar respostas para responder a seguinte pergunta "Se o propósito do planejamento não é para a saúde humana e planetária, então para que serve?" (ONU Habit, 2020). Um dos caminhos que facilitariam a resposta para esse questionamento seria trabalhar a formação desses profissionais no sentido de pautar conhecimentos, competências e habilidade em prol da promoção da saúde para o desenvolvimento de cidades melhores, durante a formação acadêmica.

Esse artigo tem como objetivo identificar presença de conteúdos de saúde e promoção da saúde no curriculum de cursos de graduação e pós graduação em Arquitetura e Urbanismo na América Latina. Bem como evidenciar a importância do acesso aos de conhecimentos da promoção da saúde durante a graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo para a elaboração de planos de desenvolvimento que contemplem estratégias de cidade saudáveis.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa descritiva empírica no qual foi dividida em três momentos metodológicos para sustentar o presente estudo. Esta escolha foi tida a partir da necessidade de evidenciar modelos cristalizados nos atuais cursos de graduação e pós-graduação que pode ser observado nas cidades caóticas e em crises atualmente. Os três momentos são bastante diferentes com o ideal de compor uma base sólida para evidenciar a necessidade da mudança no que já está instituído.

O primeiro momento trata da busca de palavras que mostrem uma evolução histórica e ou mudanças nas considerações principais em documentos que podem alterar o percurso de um estudante ou profissional. No segundo momento há uma análise do campo das Universidades da América Latina, pois “noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção de um objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa.” (BOURDIEU, 1989, p. 26). E o último momento traz uma breve pesquisa em artigos científicos a fim de completar a busca de informações que mostrem o enrijecimento do sistema educacional.

Momento 1: Revisão documental

Esse momento trata-se da revisão documental que envolve políticas públicas do planejamento urbano e da saúde do Brasil. Documentos estes que trazem interação entre os dois eixos, para embasar a análise dos resultados alcançados nesta pesquisa. Além de um documento internacional que ressalta a importância da interconexão em planejamento urbano com a saúde. A seguir foram listados os documentos norteadores nos quais formam realizados a leitura com profundidade: Estatuto da Cidade do Brasil (Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001), edição reimpressa em 2004; Lei 8080 ou Lei Orgânica da Saúde (1990); Política Nacional de Promoção da Saúde do Brasil (PNaPS), anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017; *Healthy cities effective approach to a rapidly changing world (World Health Organization,* 2020).

A partir da seleção de tópicos relevantes ao trabalho que são educação, formação de recursos humanos, integração de saberes, interdisciplinaridade e interseccionalidade, buscou-se realizar uma análise da abordagem a fim de identificar a decorrência dos termos ou seu significado nos documentos citados e demonstrar por meio de tabela os resultados da pesquisa.

Momentos 2: Pesquisa das Universidades

A fim de serem realizadas reflexões a partir do estudo, foi realizada uma pesquisa com caráter quantitativo para identificar o número de Universidade com

cursos de Arquitetura nos países da América Latina, que possuem disciplinas relacionadas à promoção de saúde lecionadas aos alunos de graduação e pós-graduação.

A determinação do local a ser estudado foi devido a destoante desigualdade social vivida na América Latina, que teve evidência no relatório de desenvolvimento humano de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como tendo o maior contraste de renda em todo o mundo. Sendo que os países que constituem a América Latina são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Posteriormente houve a determinação das Universidades que fariam parte da pesquisa, para tanto buscou-se classificações em dois sites que possuem *rankings* das melhores Universidades do mundo: https://www.universityguru.com e https://www.scimagoir.com/rankings.php. Assim determinou-se as Instituições de ensino mais relevantes a serem analisadas, incluindo Universidades públicas e particulares.

Essa pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 2022, ou seja, entre os meses de agosto e dezembro. E houve a exploração nos sites de cada uma das Universidades definidas, na busca de nomes de cursos e disciplinas, dentro das faculdades de Arquitetura que contivesse alguma palavra que se referia ao saudável ou saúde. A partir daí houve a análise dos planos de estudos, ementas e informações sobre a disciplina na intenção de identificar qual destas está relacionada a cidades ou municípios saudáveis e não relacionados a saúde hospitalar ou outros que não possuem ligação com o tema do trabalho.

Na Argentina foram pesquisadas as seguintes Universidades: *Universidad de Buenos Aires (UBA), Universidad Nacional de Juan (UNSJ), Universidad Nacional de La Matanza (UNLAM), Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Universidad Nacional de Las Artes (UMA), Universidad Tecnológica Nacional (UTN), UNICEN – Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Universidad Nacional de Córdoba (UNC), Universidad Nacional de Rosario (UNR), Universidad Nacional de San Luis (UNSL), Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo),*

Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP), Universidad Nacional de Rio Cuarto (UNRC), Pontifícia Universidade Católica da Argentina (UCA), Universidad Nacional del Litoral (UNL). Totalizando quinze Universidade.

Em todo o Brasil foram pesquisadas dezenove escolas de ensino superior: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pontifícia Universidade Católica (PUC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mackenzie, Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Foram pesquisadas nove Universidades na Colômbia, sendo elas: *Universidad de los Andes, Universidad Católica, Universidad de La Salle, Universidad la Gran Colombia, Universidad del Norte, Universidad Nacional de Colombia (UNAL), Universidad del Tolima, Universidad del Atlántico e Universidade del Valle*.

A Bolívia possui dez Universidades relevantes, que são *Universidad Franz Tamayo (UNIFRANZ), Universidad Autónoma Tomás Frías (UATF), Universidad de Aquino Bolivia (UDABOL), Universidad católica Boliviana, Universidad Nacional de Cuyo (UNCUYO), Universidad Autónoma Gabriel René Moreno, Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), Universidad Nuestra Señora de la Paz, Universidad Del Valle (UNIVALLE), Facultad de Arquitectura Y Ciencias del Hábitat.*

As Universidades pesquisadas no Chile são: *Universidad De Chile, Universidad de las américas, Universid Central, Universidad de Concepción, Puc Chile, Universidad del Bío-Bio, Universidad de Talca.*

Costa Rica*: Universidad de Costa Rica, University of Peace*. Cuba: *Universidad Central Marta Abreu de Las Villas (UCLV), University of Holguin.* Equador: *Universidad Católica de Cuenca (UCACUE), Universidad Central del*

Ecuador, Universidad Tecnológica Equinoccial (UTE), Pontificia Universidad Católica del Ecuador (PUCE). El Salvador: *Universidad Don Bosco, Universidade Politécnica, Universidad Centroamericana "José Simeón Cañas*". Guatemala: *University of San Carlos of Guatemala*. Haiti*: Universidad Estadual del Haiti (UEH)*. Honduras: *Centro de Design, Arquitetura e Construção, Universidad Nacional Autónoma de Honduras*. Mexico: *Casa Blanca University, Universidad Don Vasco, Universidad Americana de Morelos (UAM), Universidad Autónoma de Coahuila (UAdeC), Centro de Estudios Superiores del Oriente de Michoacán, Escuela Gestalt de Arte y Diseño de Tuxtla Gutiérrez, Universidad Loyola del Pacífico, University Of Colima*.

Nicaragua*: Faculdad de Arquitectura (FARQ), UNI – Universidad Nacional Ingeniería*. Panamá: *Universidad del Ganexa, Universidad de Panamá (UP), Universidad Americana (UAM).* Paraguai: *Universidad Del Este (UPE), Universidad Nacional de Asunción (UNA)*. Peru*: Universidad Nacional Federico Villarreal (UNFV), Universidad Nacional de Ingeniería (UNI), Universidad Nacional de Piura (UNP), Universidad Nacional San Antonio Abad del Cusco (UNSAAC).* República Dominicana: *Universidad Dominicana (O&M)*. Uruguai: *Universidade ORT Uruguay*, *Universidad de la República (UdelaR), Universidad Católica del Uruguay (UCU), Universidad de la República (UDELAR), Facultad de Arquitectura (FADU), Diseño y Urbanismo, Universidade de Montevidéu*. Venezuela: *Universidad Central de Venezuela, Universidad de los Andes (Venezuela), Universidad Santa María, Instituto Politécnico Santiago Mariño.*

Em cada uma das citadas Universidades dos referidos países, foi acessado o site dentro da faculdade de Arquitetura. Inicialmente, as pesquisas foram realizadas nos cursos de graduação, porém houve a necessidade de verificar os cursos de especialização e pós-graduação em Mestrado e Doutorado, na averiguação de expressões chaves como “planejamento urbano saudável”, “cidades saudáveis”, “qualidade de vida”, “municípios saudáveis”, em busca de disciplinas relacionadas a saúde, sendo descartadas as referente à saúde hospitalar. Para tanto, foi verificado os planos de estudo e as listas de disciplinas eletivas oferecidas por essas instituições.

Posteriormente, os resultados foram sistematizados e organizados em uma tabela que possibilitou a realização da apresentação das informações de forma gráfica (figura 2).

Momento 3: Busca de artigos no período entre 2017 e 2022

Foi realizada uma revisão perfunctória em artigos científicos das bases Scielo e Google Scholar, a fim de reconhecer a quantidade de materiais científicos em Arquitetura e Urbanismo relacionados à saúde foi produzido neste período, a partir da convergência dos termos Planejamento Urbano, Urbanismo, Arquitetura, Saúde, Saudável e Cidade saudável. Por fim, foi construída uma tabela com as informações dos artigos científicos e a data, para a análise e correlação com o presente trabalho acadêmico.

A partir da equiparação dos 3 momentos relatados acima, e o inter-relacionamento desses diversos dados, houve a possibilidade de apresentar um estudo descritivo desta tese atual. Este contempla múltiplas perspectivas que propiciam maior autenticidade à pesquisa através da associação dos métodos qualitativos e quantitativos.

RESULTADOS

O primeiro momento deste trabalho gerou um quadro construído após a análise dos seguintes documentos:

- Estatuto da Cidade, que é uma lei que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, sobre o desenvolvimento urbano e a função social da terra, com diretrizes e instrumentos para promover um gerenciamento da cidade de forma mais social e busca garantir a participação social e a função social da propriedade.
- Lei 8080 ou Lei Orgânica da Saúde (1990), lei que principiou o Sistema Único de Saúde (SUS) e possui artigos que estabelecem requisitos para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

- Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS) é um documento com parâmetros para difundir de forma mais igualitária os acessos à saúde para a população, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS.

- *Healthy cities effective approach to a rapidly changing world (World Health Organization, 2020*) é um documento que trata das cidades saudáveis alinhada com as agendas globais e regionais de saúde e desenvolvimento sustentável, que foi criado para explicar e divulgar a necessidade de termos mais saudáveis e acessível à população.

A primeira investigação foi no termo "**educação"**, que é uma realização social que tem como objetivo o desenvolvimento do indivíduo, de suas potencialidades, habilidades e competências. A educação é a principal alavanca para a transformação de uma sociedade. Sendo que essa relevância pode ser observada a partir da existência dessa expressão nos quatro documentos investigados.

A sentença "**formação de recursos humanos**" foi identificada na Lei 8080, porém buscou-se trechos que referenciasse o incentivo em formar profissionais que pudessem auxiliar na coordenação para a criação e desenvolvimento profissional que utilizassem o planejamento urbano com o foco em cidades saudáveis. Sendo assim, tanto na PNaPS quanto no documento da *World Health Organization* há informações da necessidade e da importância de uma forte capacitação de profissionais na área, entretanto sem conter o exato formato da frase inicial.

A ideia de "**integração de saberes**" pode ser observada ao longo dos quatro documentos revisado. Isto é dada a relevância da questão onde pode-se realizar um Planejamento Urbano mais efetivo em relação à saúde, sociedade, uma cidade mais equalitária, que promova o bem-estar, a felicidade e melhor qualidade de vida para os seus habitantes. Para tanto, há a necessidade de bons profissionais que utilizem seus conhecimentos, habilidades e atitudes para ter competência de desenvolver estratégias coerentes para cada tipo de sociedade.

Interdisciplinaridade é quando há trabalho de profissionais de diferentes áreas de atuações, contudo há a necessidade de interatividade entre eles. Ou seja, não é apenas conter vários profissionais trabalhando em suas atividades

separadamente, eles precisam trabalhar concomitantemente para atender a interdisciplinaridade. Na PNaPs entrou-se o termo Multidisciplinar, porém, apesar deste significar a participação de profissionais de diversas áreas sem haver interação entre eles, ao ler o parágrafo destaca-se “(...) trabalho **multidisciplinar, integrado e em redes**”, ou seja, está baseado no contexto da interdisciplinaridade. Porém não foi encontrado tais expressões ou citações nos outros documentos.

A última palavra-chave pesquisada foi “**Interseccionalidade**” que significa a relação entre diversos fatores sociais (raça, gênero, classe, capacidades, entre outras) e como isso está refletindo na vida em sociedade. Apesar de ser um assunto deveras importante para auxiliar a busca de parâmetros para diminuir a submissão nos territórios, a expressão não foi achada em nenhum dos quatro documentos revisados.

Quadro 1 – Pesquisa de unitermos nos documentos selecionados.

Unitermos Documentos	Educação	Formação de recursos humanos	Integração de saberes	Interdisciplinaridade	Interseccio-nalidade
Estatuto da cidade	“As cidades de que trata o caput deste artigo devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como (...)os locais de educação, (...)”.	“Promover processos de educação, formação profissional e capacitação específicos em promoção da saúde, de acordo com os princípios e valores expressos nesta política, para trabalhadores, gestores e cidadãos;”	"Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil."	———	———
Lei 8080	“Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento	“Organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de	“Deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e	———	———

	básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.”	programas de permanente aperfeiçoamento de pessoal;	superior.”		
Política Nacional de Promoção da Saúde (PNaPS)	“Promover processos de educação, formação profissional e capacitação específicos em promoção da saúde, de acordo com os princípios e valores expressos nesta política, para trabalhadores, gestores e cidadãos.”	———	"(...) por meio do diálogo entre os saberes técnicos e populares."	"Para se operar a política de saúde, incluindo a de promoção da saúde, é necessária a consolidação de práticas voltadas para indivíduos e coletividades, em uma perspectiva de trabalho multidisciplinar, integrado e em redes, de forma que considere as necessidades em saúde da população em uma ação articulada entre os diversos atores em um determinado território."	———
Healthy cities effective approach to a rapidly changing world	Promover a alfabetização em saúde, superando o conceito restrito de **educação** em saúde.[1]	É influenciado pelo contexto sociocultural em que as pessoas vivem e se aplica a indivíduos, comunidades e instituições.[2]	(...)dar voz às nossas gentes, conhecimentos e competências para a saúde e o bem-estar.[3]	———	———

Fonte: Realizada pelo autor

O quadro acima foi construído para apresentar a importância da integração da área da saúde e profissionais que possibilitem a evolução do capital humano, a participação social e a atuação coletiva para o desenvolvimento de espaços saudável.

O próximo resultado obtido foi a partir da pesquisa realizada nos sites de cento e quatro Universidades nos países da América Latina, com a distribuição que pode ser observada no gráfico a seguir (figura 1). Dentre essas Universidade há três

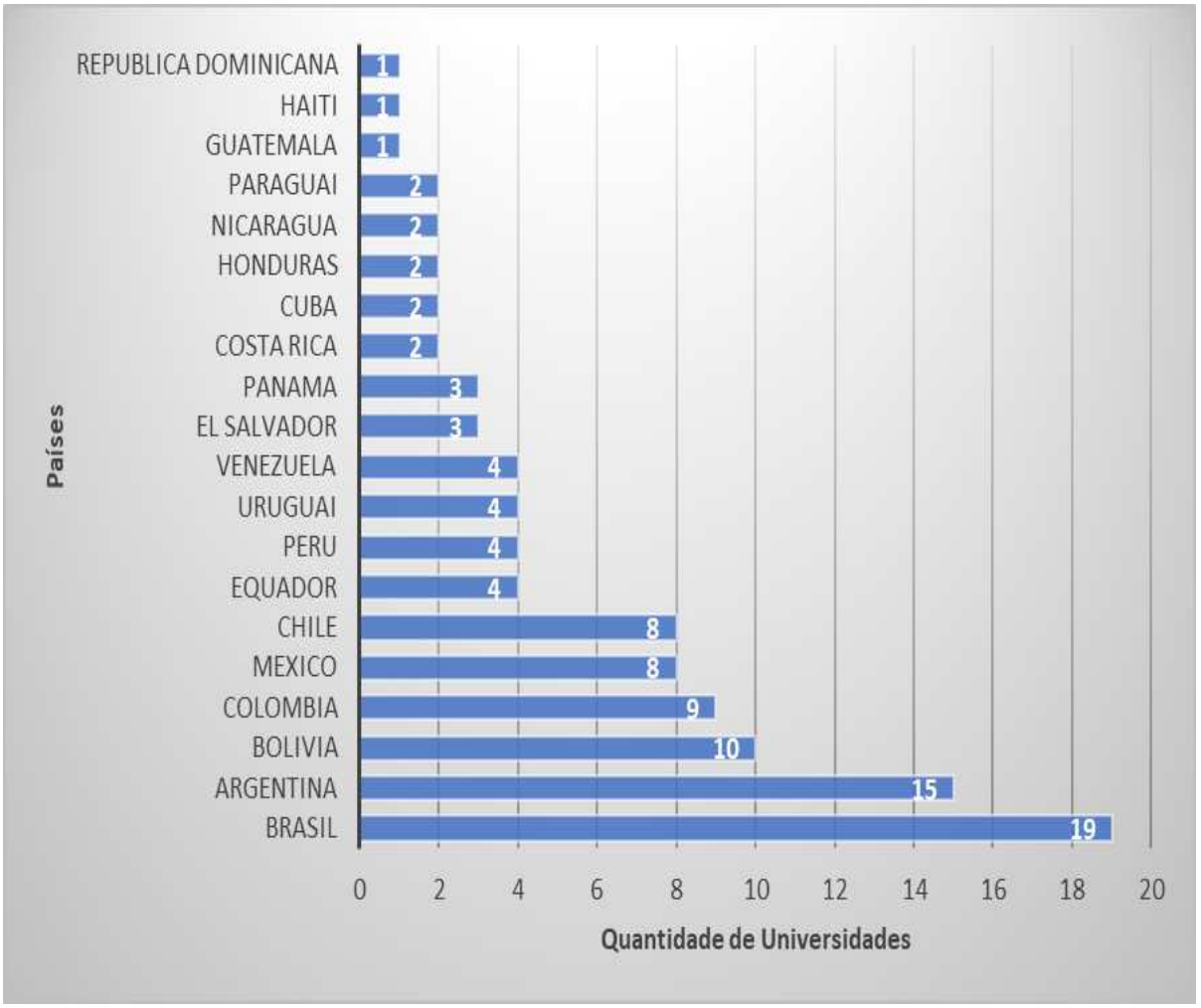
[1] “Promoting health literacy, surpassing the narrow concept of health education.”

[2] “It is influenced by the sociocultural context within which people live, and applies to individuals, communities and institutions.”

[3] "(...)giving our people a say, as well as knowledge and skills for health and well-being."

delas que contêm alguma disciplina relacionada à saúde dentro do curso de pós-graduação em arquitetura, entretanto não foi identificado esse conteúdo nos cursos de Graduação.

Figura 1 – Gráfico da quantidade de Universidades pesquisadas em cada país da América Latina.



Fonte: Figura feita pelo autor.

Na Universidade de Buenos Aires (UBA) da Argentina, dentro da Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo há um curso de Pós graduação intitulado Planejamento de Recursos Físicos em Saúde, desde 2017. Porém não há propostas sobre melhoras a saúde coletiva das pessoas frequentadoras da cidade, mas possui um interesse em formar profissionais interdisciplinares que entendem a importância da Arquitetura como instrumento para promover um ambiente saudável.

No programa de doutorado em Gestão Urbana e Territorial da Universidade do Valle na Colômbia, há uma disciplina eletiva intitulada Gestão De Cidades e Territórios Sustentáveis e Saudáveis. A partir do ano de 2019, tem uma proposta de identificar e valorizar diferentes disciplinas para uma perspectiva interdisciplinar objetivando uma melhor qualidade do espaço urbano.

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desde 2012, no Brasil, possui curso de Pós-graduação com a disciplina “Planejamento Urbano como promotor da Cidade Saudável” e “Cidade e Saúde” dentro do programa da faculdade de Arquitetura e Urbanismo. De maneira geral, as duas disciplinas estudam documentos importantes para a integração das áreas de saúde e de arquitetura, verificam as doenças que o planejamento urbano pode prevenir, estudam indicadores relevantes, como ter um desenvolvimento urbano saudável, entre outros temas sempre com o foco no planejamento urbano para cidades saudáveis.

Nos outros dezessete países da América Latina, dentre as Universidades pesquisadas, não foram registrados nenhuma disciplina que remetesse a promoção da saúde no planejamento urbano ou que contivesse expressões de saúde que não se limitassem a saúde hospitalar, seja nos cursos de graduação ou em pós-graduação.

A figura 2 foi criada a partir dessa pesquisa na América latina, em que foi possível observar as três Universidades que possuem cursos sobre saúde para o arquiteto urbanista, sendo que em todas essas Instituições de ensino, as disciplinas são ministradas exclusivamente para os cursos de pós-graduação. Ou seja, ainda é limitada a quantidade de disciplinas em pós-graduação que englobam a área da saúde como forma de melhorar a cidade e proporcional maior qualidade de vida aos seus habitantes. E, não houve nenhum registro destes assuntos sendo abordado nas aulas de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Figura 2 – Mapa da América Latina



Fonte: Figura feita pelo autor.

Como resultado do terceiro momento, foi realizada uma tabela (quadro 2) dos artigos encontrado sobre Arquitetura e Urbanismo que contivessem informações sobre saúde na cidade, entre os anos de 2017 e 2022. Nesta busca, não foram contabilizados os artigos de Arquitetura hospitalar, mesmo que contivessem as palavras como Arquitetura e saúde, devido a pesquisa estar relacionada ao edifício saudável, sendo que este artigo busca atividades saudáveis para a cidade ou territórios abrangendo a população. É relevante ressaltar que cada momento possui uma metodologia diferente e os termos estipulados no primeiro momento não possuem relação com as palavras buscadas neste momento, pois aqui não foi analisado os conteúdos dos artigos e sim quantos artigos relacionavam a arquitetura com o saudável.

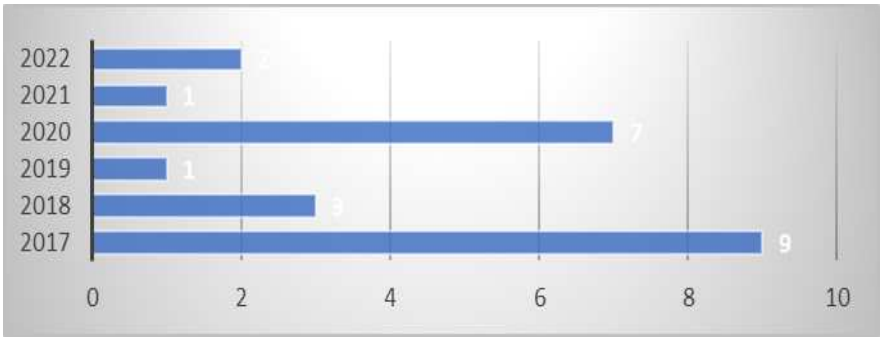
Quadro 2 – Pesquisa de artigos relacionados á Saúde e o Urbanismo, nas bases selecionadas.

TÍTULO DO ARTIGO	BASE DE BUSCA	ANO
Cidades Pequenas e Agricultura Urbana no Contexto da Pandemia Covid-19	Google Scholar	2022
Cidades saudáveis: Novos desafios para o planejamento urbano após 20 anos de Estatuto da Cidade	Google Scholar	2022
Cidades saudáveis e a função social da propriedade	Google Scholar	2021
Construindo cidades saudáveis: a instrumentalização de políticas públicas intersetoriais de saúde a partir do Planejamento Estratégico Situacional	Scielo	2020
Construindo cidades saudáveis: a instrumentalização de políticas públicas intersetoriais de saúde a partir do Planejamento Estratégico Situacional	Google Scholar	2020
Espaços Verdes Urbanos e Saúde Mental: Uma Revisão Sistemática da Literatura	Google Scholar	2020
Estratégias do Ensino Virtual de Cidade Saudável em Um Cenário Pandêmico	Google Scholar	2020
Estratégias do Planejamento Urbano e da Promoção da Saúde: a Mandala da Cidade Saudável	Google Scholar	2020
Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020)	Scielo	2020
Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana	Scielo	2020
A ativação de redes sociotécnicas na cidade estrutural/DF, Brasil: construindo um território saudável e sustentável	Scielo	2019
Avaliação de Serviços de Ecossistemas e Gestão de Áreas Verdes Urbanas: Promovendo Cidades Saudáveis e Sustentáveis	Scielo	2018
Cidades saudáveis, estratégias e desafios em novos tempos	Google Scholar	2018
Saúde e espaço urbano: a promoção de cidades mais saudáveis e sustentáveis	Google Scholar	2018
A ativação de redes sociotécnicas na cidade estrutural/DF, Brasil: construindo um território saudável e sustentável	Scielo	2017
Análise da Intersetorialidade na Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis: o Caso de Sairé	Google Scholar	2017
Diálogos Intersetoriais: Pontes Estabelecidas: na Revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde	Google Scholar	2017
Direito à cidade, direito à saúde: quais interconexões?	Scielo	2017
Transport and Urban Mobility Indicators for Healthy Cities – Case Study of Lisbon Metropolitan Area, Portugal	Google Scholar	2017
O direito à cidade e as agendas urbanas internacionais: uma análise documental	Scielo	2017
Participação Social, Planejamento Urbano e Promoção da Saúde em Campo Grande (Ms)	Scielo	2017
Programa Academias da Saúde e a promoção da atividade física na cidade: a experiência de Belo Horizonte, MG, Brasil	Scielo	2017
Reverberação Política e Educativa para Cidade Saudável	Google Scholar	2017

Fonte: Figura feita pelo autor.

A partir da tabela acima foi realizado um gráfico de barra (figura 2), com o ideal de uma melhor visualização de quantidade limitada de produção de artigo na área de Planejamento Urbano com foco na cidade saudável. Essa observação indica que a pouca quantidade de pesquisas nas Universidade referentes a promoção da saúde nas cidades é um reflexo da ausência de aulas ou módulos da área da saúde nos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Figura 2 – Gráfico da quantidade de Artigos encontrados no período de 2017 até 2022.



Fonte: Figura feita pelo autor.

Discussões sobre o tema

É apresentado a importância da composição de outras áreas desde o curso de graduação até a pós-graduação no processo de formação dos alunos, contribuindo com uma visão mais interdisciplinar e intersetorial, principalmente no que diz respeito ao planejamento urbano e objetivando o saudável. Pois o planejamento urbano não pode se limitar a projetar apenas e isoladamente as partes físicas das cidades, um projeto minucioso tem o propósito de melhorar a qualidade de vida da comunidade.

No momento atual, estamos vivendo em cidades superlotadas de pessoas coexistindo nos espaços urbanos mal projetados. Sendo imprescindível haver um planejamento urbano para potencializar a promoção da saúde como moderador ao desenvolvimento da Nova Agenda Urbana e perfazer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Portanto faz necessário ensinar os futuros urbanistas como ponderar esses espaços para

> “erradicar a pobreza e a fome em todas suas formas e dimensões, a reduzir desigualdades, a promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável; a alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas para que a sua contribuição vital para o desenvolvimento sustentável seja plenamente aproveitada, a melhorar a saúde e o bem-estar humanos, a promover a resiliência e a proteger o meio ambiente.” (Nova Agenda Urbana, 2016)

Um bom planejamento urbano traz resultados satisfatórios na vida das pessoas, pois é um trabalho que envolve a vida social, a prática de exercícios, as atividades saudáveis, entre outras rotinas saudáveis. A Lei 8080 contempla a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes a saúde na cidade, entretanto o estatuto da cidade não tem essa questão intersetorial em seu conteúdo. É fundamental uma cooperação em estudos que ofertem um acompanhamento, reflexão e consideração ao incremento da saúde, objetivando o desenvolvimento de projetos e ações da comunidade a fim de promover a saúde e o bem-estar coletivo. Com início deste processo dentro da Universidade introduzindo a interdisciplinaridade a partir de novos modelos para a identificação e descoberta de conhecimentos de forma contextualizada e eficiente, ou seja, formando profissionais competentes.

Sendo assim, competente não é apenas aquele que assimila o conhecimento, mas quem produz fermentas que possibilitem a utilização deste conhecimento de maneira ordenada, com discernimento e no momento oportuno, de modo a possibilitar ao profissional se antecipar aos problemas e utilizar as informações para realizar ações efetivas e certeiras. Considerando que as habilidades que a pessoa adquire com o conhecimento e práticas, transforma e capacita o profissional a ter excelência em seu trabalho, sendo este capaz de exemplificar suas ações para os outros que possam continuam a difusão deste trabalho, como uma rede especializada.

Pois competência é a somatória do conhecimento, atitude e habilidade, que pode gerar ações mais favoráveis no processo de formação do arquiteto e urbanista para planejar melhor um ambiente ou uma cidade. Ou seja, um dos quesitos do Arquiteto Urbanista é aprender as ferramentas do planejamento urbano e, somado a isso, conhecimentos do processo saúde / doença e as dimensões da cidade

saudável. A partir disso será possível formar cada vez mais pessoas com maior domínio e capacidade de realizar espaços mais bem projetados e mais salubres, objetivando pessoas com qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas realizadas nos documentos orientadores, na busca das disciplinas de saúde dentro das faculdades de Arquitetura e Urbanismo e o breve levantamento biográfico foi realizada a triangulação que possibilitou observar a escassez de instrumentos para fornecer a capacitação do profissional que atuará com planejamento urbano. Sendo imprescindível o investimento nessa direção a fim de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apoiado na formação do especialista nesta prática, para ter projetos de extensão mais facilmente incorporado com o início do trabalho desde a graduação.

A conclusão desse trabalho é dada pela urgente reformulação nos programas educacionais e curriculares das Universidades, principalmente, da américa Latina. Há a necessidade de um currículo fortemente estruturado para ser capaz de capacitar profissionais especializados e habilitados a entender a situação diversificada, mas que convirja para um único ponto central que é o bem-estar da população.

Durante o processo de ensino, pesquisa, extensão e prática no aprendizado, durante os períodos de graduação e pós-graduação, a possibilidade de inclusão de noções de promoção e proteção à saúde, promoveria uma maior facilidade de assimilação as questões ao desenvolver o planejamento urbano com foco nas cidades saudáveis.

Posto isso, as pesquisadoras indicam a necessidade de propor que as Universidade que possuem curso de Arquitetura e Urbanismo insiram disciplinas obrigatórias e eletivas relacionadas a saúde nos segundos e quartos anos de graduação. Isto devido a necessidade de ter maior integração entre os campos de Panejamento Urbano e a Saúde para pensar em profissionais capazes de conceber uma cidade com o aspecto de cidade saudável. Desta forma, estimulará os alunos e

futuros profissionais, a pensar em ambientes, espaços e edifícios que propiciem saúde, bem-estar e felicidade aos seus usuários.

Sendo que a somatória desses conhecimentos é fundamental, pois não é possível realizar um bom projeto urbano ou arquitetônico apenas com edifícios, espaços e o meio ambiente, é necessário incluir as pessoas como ponto focal primordial. Ou seja, essa consciência adquirida ao longo do curso vai enriquecer as ações, principalmente tecno-social, do aluno de arquitetura e urbanismo.

Por fim, esse estudo tem o intuito de informar a necessidade da realização de levantamentos adicionais que permita mapear com maior profundida os dados discorridos, principalmente dada a relevância do tema e por ser contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, I.R. **Na trilha do município saudável**. In: Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Políticas integradas em rede e a construção de espaços saudáveis: boas práticas para a Iniciativa do Rostos, Vozes e Lugares. Brasília: OPAS; 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. **Política Nacional da Promoção da Saúde: PnaPS**: **Portaria Nº 2.446, de 11 de novembro de 2014** - revisão da Portaria MS/GM nª 687, de 30 de março de 2006, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2014 Disponível em: Acesso em 05/06/2022.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: Acesso em 04/06/2022.

BRASIL. **Constituição, 1988. Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Leis etc. nº 8080, de 19 de setembro e 1990**: dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, -Sec. I, Brasília, 19 de set. 1990, p 18055-9.

BRONZO, Carla e VEIGA, Laura. **Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática.** Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXVIII, n. 92, nov. de 2007.

CASTELLS, M. "**Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional"** In: CASTELLS, M. et al.(org.) 2ovas perspectivas críticas em educação; trad. Juan Acuña – Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GONCALVES, Carlos. **Regiões, cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento. urbe.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 371-385, agosto. 2017. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692017000200371&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 agosto 2022.

HABITAT III. NOVA AGENDA URBANA. **Documento adotado na terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável.** Portugal, 2016.

Healthy cities effective approach to a rapidly changing world. Geneva: World Health Organization; 2020.

Integrating health in urban and territorial planning: a sourcebook. Geneva: UN-HABITAT and World Health Organization, 2020.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti et al. **Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2016, v. 21, n. 6 [Acessado 13 agosto 2022], pp. 1931-1938. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.10812016>. ISSN 1678-4561.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti et al. A interdisciplinaridade e o desenvolvimento de uma cidade saudável. **Anais PLURIS**, 2016.

AUTORES:

Simone Martins Trevisan: Arquitetura e Urbanista, Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e com MBA em Gestão Urbana, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável.
sicatrevisan@gmail.com

Professora Dra. Ana Maria Girotti Sperandio: Pesquisadora do Laboratório de Investigações Urbanas (LABINUR/FEC/UNICAMP) e Assessora Acadêmica e Coordenadora Geral do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Faculdade Jaguariúna.
amgspera@uol.com.br